

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acrésc. o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and Diu

Order

CML/Z-108/179/68

These are 12 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Sesa Goa Private Ltd., Altinho, Panjim, Goa.

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Diu

Portaria

CML/Z-108/179/68

Este são os 12 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Sesa Goa Private Ltd., Altinho, Pangim, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-108	28 of 6-4-1951 T. T. 30-9-1957	Fer/Mang.	Pissurlem	23.9585
2.	Z-226	76 of 8-9-1952	Iron	Advolpale	99.4000
3.	Z-318	65 of 17-7-1953 T. T. 13-2-1957	Fer/Mang.	Velguem	77.9300
4.	Z-473	26 of 9-7-1955 T. T. 16-1-1957	— Do —	Sancordem	43.0000
5.	Z-479	32 of 30-7-1955 T. T. 30-7-1955	— Do —	Pirna-Nadora	43.0000
6.	Z-642	38 of 11-8-1958	Iron/Mang.	Arvalem	99.5788
7.	Z-643	39 of 11-8-1958	Iron	Santona	92.2950
8.	Z-743	64 of 28-9-1959	Iron	Santona	98.6000
9.	Z-757	78 of 13-10-1959	Fer/Mang.	Sancordem	64.9520
10.	Z-758	79 of 7-10-1959	Fer/Mang.	Xelopa	99.4350
11.	Z-770	6 of 29-1-1960	Iron	Colem	66.9000
12.	Z-771	7 of 5-2-1960	Iron	Advolpale e Assonora	99.9000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules, 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

I have given my anxious and careful consideration to the above points and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines. The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law Concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases, mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provisions of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por

with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the leases to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the existing mining leases would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum, from 15th January, 1966 in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sómente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas sómente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga a razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.

8) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.

9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

Order

CML-Z-79/69

These are 16 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri V. D. Chowgule, Mormugao Harbour, Goa.

8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.

9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panagi, 30 de Janeiro de 1969.

Portaria

CML-Z-79/69

Estes são os 16 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes ao Sr. V. D. Chowgule, Harbour, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-79	44 of 22-12-1950 T. T. 16-4-1955	Iron and Manganese	Calem	85.7800
2.	Z-94	14 of 2-3-1951	Fer/Mang.	Colomba	99.8250
3.	Z-95	15 of 2-3-1951	Iron	Molem	79.9000
4.	Z-96	16 of 2-3-1951	Iron	Dudal	82.0000
5.	Z-113	33 of 13-4-1951	Fer/Mang.	Vichundrem	55.9440
6.	Z-208	58 of 11-7-1952	Fer/Mang.	Salginim	20.7750
7.	Z-254	1 of 9-1-1953	Fer/Mang.	Agrote	78.1000
8.	Z-255	2 of 9-1-1953	Fer/Mang.	Candola	22.0000
9.	Z-311	59 of 26-6-1953	Fer/Mang.	Gavanem	85.3400
10.	Z-346	93 of 21-9-1953 T. T. 16-4-1955	Iron and Manganese	Vaguriem	62.2680
11.	Z-359	106 of 16-10-1953	— do —	Surla	89.0000
12.	Z-360	107 of 16-10-1953	— do —	Surla	76.8590
13.	Z-424	25 of 19-3-1954	Fer/Mang.	Darbandora	89.6400
14.	Z-429	21 of 4-6-1954	Fer/Mang.	Sancordem	85.5800
15.	Z-444	46 of 6-12-1954 T. T. 11-11-1957	Iron	Pirna	99.3600
16.	Z-566	25 of 3-6-1957	Fer/Mang.	Piocul e Darbandora	75.0000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa.

the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Mining Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «mining concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provisions of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one Lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «existing mining leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum from 15th January 1966, in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) The area exceeding ten square miles shall be surrendered. The lessee shall submit a statement within 15 days mentioning the leases which he wants to surrender and in default suitable orders cancelling the leases shall be passed.
- 8) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 9) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 10) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

As normas sòmente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga à razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Deverá-se fazer a entrega da área excedente a dez milhas quadradas. O arrendatário deverá prestar uma declaração, dentro de 15 dias, mencionando os arrendamentos de que deseja fazer a entrega, na falta da qual serão expedidas ordens cancelando os arrendamentos.
- 8) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 9) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 10) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30 de Janeiro de 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Collectorate of Goa

Order

LS/REV/138/69/1836

Whereas the Government land known as «Pedquem», situated at Darbandora of Sanguem Taluka, was assigned to Shri Jose Antonio da Piedade Miranda, under title no. 1171, dated 4-3-1942.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same land is lying entirely waste, in contravention to the provisions of Section 76 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on the assignee, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas the assignee admits that the land assigned to him is kept waste.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me, in virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government, in accordance with Section 307 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 18th April, 1969.

Order

LS/REV/137/69/1915

Whereas the Government land known as «Odolxem» situated at Darbandora of Sanguem Taluka, was assigned to Smt. Maria Ana Rita Matilde Verediana Inez de Azaredo e Miranda, under title no. 1198, dated 8-7-1942.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same land is lying entirely waste, in contravention to the provisions of Section 76 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice served on the assignee, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas the assignee admits that the land assigned to her is kept waste.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me, in virtue of the Government notification no. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government, in accordance with Section 307 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 24th April, 1969.

Directorate of Civil Administration

By order dated 15-4-1969:

Shri Octaviano Rosario Silva is appointed as president of the managing committee of the Comunidade of Pale.

Panaji, 15th April, 1969. — D. N. Barua, Collector and DCA.

Secretariat Administration Department

Notification

SAD/PER/503

Shri Puran Singh, Under Secretary in the Home Ministry, Government of India is appointed as Finance Secretary with

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/138/69/1836

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Pedquem» sito em Darbandorá do concelho de Sanguém, que havia sido concedido ao Sr. José António da Piedade Miranda, por título n.º 1171, de 4 de Março de 1942.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto em infracção ao disposto do artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Considerando que foi avisado o concessionário para apresentar razões justificativas ao abrigo do § 2.º do artigo 307.º do Decreto acima citado.

Considerando, por último que o concessionário admite que o terreno a ele concedido se acha inculto.

Eu, D. N. Barua, Collector de Goa, usando das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, determino que todo o terreno acima mencionado, reverta ao Estado, de harmonia com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panaji, 18 de Abril de 1969.

Portaria

LS/REV/137/69/1915

Atendendo a que o terreno denominado «Odolxem» sito em Darbandorá do concelho de Sanguém, que havia sido concedido à Sr.ª Maria Ana Rita Matilde Verediana Inez de Azaredo e Miranda, por título n.º 1198, de 8 de Julho de 1942.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao mesmo terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto em infracção ao disposto do artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Considerando que foi avisada a concessionária para apresentar razões justificativas ao abrigo do § 2.º do artigo 307.º do Decreto acima citado.

Considerando, por último, que a concessionária admite que o terreno a ela concedido se encontra inculto.

Eu, D. N. Barua, Collector de Goa, usando das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, determino que todo o terreno acima mencionado reverta ao Estado, de harmonia com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panaji, 24 de Abril de 1969.

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Por portaria de 15 de Abril de 1969:

O Sr. Octaviano Rosário Silva, é nomeado, presidente da comissão administrativa da comunidade de Pale.

Panaji, 15 de Abril de 1969. — D. N. Barua, Collector e DAC.

Departamento de Administração da Secretaria-Geral

Despacho

SAD/PER/503

O Sr. Puran Singh, Subsecretário do Ministério do Interior, do Governo da Índia, é nomeado Secretário das Finanças, a

effect from 2-5-69 (A. N.) until further orders. He will be on deputation to this Administration and will be entitled to the normal deputation terms, sanctioned by Government of India from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 8th May, 1969.

Notification

SAD/PER/427

The leave granted to Shri S. P. Upasani, Secretary to Chief Minister under Notification No. SAD/PER/427 dated 26-4-1969 may be treated as earned leave.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 14th May, 1969.

Confidential and Vigilance Department

Memo

12-4-68-CVD

In the list of Vigilance Officers, below memo no. 12-4-68-CVD dated 21-3-68 published in this Union Territory Government Gazette Series II no. 52 dated 28th March 1969, at Sr. no. 13, under Column no. 3, substitute «Shri P. G. Kurse» for «Dr. J. C. Almeida».

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 16th April 1969.

Order

1-3-69-SVD

Shri Y. L. Rajwade, I.A.S. (Union Territories) is relieved of duties as Secretary to Lt. Governor with effect from 26-4-1969 (after-noon), consequent on his appointment as Deputy Commissioner, Kangra District, Dharamsala, of the Government of Himachal Pradesh.

Shri A. N. Dixit, a selected List Officer of the Dhanies, Joint Secretary to the Government of Himachal Pradesh, is appointed Secretary to Lt. Governor, with effect from the date he joins this Administration.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 24th April, 1969.

Finance (Control) Department

Order

Fin(Control)/AC-18/PF-60/69/780

Shri S. L. Joshi, S. R. S. Senior Auditor, attached to the office of the Chief Auditor Western Railway, Bombay whose services are placed at the disposal of this Administration under their office Memo No. S/HQ/Admn/IX/6/201 dated 10-4-1969 is hereby appointed with effect from 3-5-69 F. N. as Assistant Accounts Officer, (Class II Gazetted) in the scale of Rs. 350-25-575 and posted against one of the vacancies in the Directorate of Accounts, Panaji.

partir de 2 de Maio de 1969 (após o meio-dia) até ordens ulteriores. O mesmo estará em deputação nesta Administração e terá direito às regalias normais de deputação autorizados pelo Governo, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 8 de Maio de 1969.

Despacho

SAD/PER/427

A licença concedida ao Sr. S. P. Upasani, Secretário do Ministro-Chefe, por despacho n.º SAD/PER/427, de 26 de Abril de 1969, deve ser considerada como licença disciplinar.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 14 de Maio de 1969.

Departamento de Assuntos Confidenciais e de Vigilância

Memo

12-4-68-CVD

Na relação de Oficiais de Vigilância, anexa ao memo n.º 12-4-68-CVD, de 21 de Março de 1968, publicado no *Boletim Oficial*, deste Território da União n.º 52, 2.ª série, de 28 de Março de 1969, em relação ao n.º de série 13, na 3.ª coluna, o nome «Dr. J. C. Almeida» deve ser substituído por «Sr. P. G. Kurse».

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 16 de Abril de 1969.

Portaria

1-3-69-SVD

O Sr. Y. L. Rajwade, I.A.S. (Territórios da União) é dispensado das funções de Secretário do Governador-tenente, a partir de 26 de Abril de 1969 (após o meio-dia) em virtude de ter sido nomeado Comissário Adjunto, distrito de Kangra, Dharamsala, do Governo de Himachal Pradesh.

O Sr. A. N. Dixit, oficial da lista selecta do Dhanies, Secretário adjunto do Governo de Himachal Pradesh, é nomeado Secretário do Governador-tenente, a partir da data em que entrar no exercício das suas funções, nesta Administração.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 24 de Abril de 1969.

Departamento das Finanças (Contrôle)

Portaria

Fin(Control)/AC-18/PF-60/69/780

O Sr. S. L. Joshi, S. R. S. «Senior Auditor», da Repartição do «Chief Auditor, Western Railway», de Bombaim, cujos serviços foram postos à disposição desta Administração pelo memo n.º S/HQ/Admn/IX/6/201, de 10 de Abril de 1969, é nomeado «Assistant Accounts Officer (Class II Gazetted)» a partir de 3 de Maio de 1969, antes do meio-dia, na escala de Rps. 350-25-575 e colocado numa das vagas da Direcção de Contabilidade, em Panagi.

Shri S. L. Joshi, will be on deputation for a period of one year in the first instance on terms and conditions laid down in Ministry of Finance letter No. F. 1/33/64-Goa dated 29-5-1965 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 3rd May, 1969.

Agriculture Department

Order

DF/1009/AGR/69

Shri M. B. Bhobe, Assistant Agricultural Officer, Grade I, of the Directorate of Agriculture in the pay scale of Rs. 350-800, is hereby transferred and posted as Zonal Agricultural Officer at Daman against the post of Zonal Agricultural Officer created under Government order No. DF/1009/AGR/67 dated 7th April, 1969, with immediate effect.

He will look after the agricultural activities at Daman and Diu with headquarters at Daman.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Development).

Panaji, 6th May, 1969.

Local Self Government Department

Notification

DF-395-FOR-68

Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for establishment of a nursery at Casarvornem.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification will under clause (seventhly) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Deputy Collector, North Sub-Division, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, North Sub Division, Panaji.
3. The Conservator of Forests, Panaji.
4. The Director of Land Survey Department, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Deputy Collector, North Sub Division, Panaji, for a period of 30 days from the date of this Notification.

O Sr. S. L. Joshi, estará em deputação por período de um ano, inicialmente, sujeito às condições constantes da nota n.º F. 1/33/64-Goa, do Ministério das Finanças, datada de 29 de Maio de 1965, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário das Finanças.

Panagi, 3 de Maio de 1969.

Departamento de Agricultura

Portaria

DF/1009/AGR/69

O Sr. M. B. Bhobe, «Assistant Agricultural Officer, Grade I» da Direcção de Agricultura, com a escala de vencimento de Rps. 350-800, é transferido e colocado como «Zonal Agricultural Officer» em Damão, no lugar de «Zonal Agricultural Officer» criado pela portaria n.º DF/1009/AGR/67, de 7 de Abril de 1969, com efeito imediato.

O mesmo ficará encarregado das actividades agrícolas em Damão e Dio, com sede em Damão.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Fomento).

Panagi, 6 de Maio de 1969.

Departamento de Administração Autónoma

Despacho

DF-395-FOR-68

Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins do «nursery» em Casarvornem.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panagi, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panagi.
2. O Collector adjunto da sub-divisão do norte de Panagi.
3. O Conservador das Matas de Panagi.
4. O Director de Agrimensura, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto da sub-divisão do norte, pelo prazo de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Town — Village	Description of the said land	Approximate area
Concelho	Cidade — Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Pernem	Casarvornem	A part of the plot locally known as «Vodmollo» and held by Sarvashri Shripad Rajaram Prabhu Parsekar Dessai, son of Shri Rajarama Prabhu Parsekar Dessai, resident of Parxem — Pernem, Madhusudan Jairam Prabhu Parsekar Dessai, son of Shri Jairam Prabhu Parsekar Dessai, resident of Parxem — Pernem and Sagun Prabhu Parsekar Dessai, son of Shri Hari Prabhu Parsekar Dessai, resident of Bombay and bounded on the North by land held by Shri Bhikaji Vasu Gavas and others, on the South by the remaining part of the said plot Vodmollo; on the East by the Casarvornem river and on the West by the road.	24,340 sq. mts.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 7th May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, secretário (Rendimentos).

Panagi, 7 de Maio de 1969.

Notification

LSG/MUN/172/68

Whereas by Government Notification No. LSG/MUN/172/68 dated 19-6-1968 published on page 74 of Series II, No. 13 of the Government Gazette, dated 27-6-1968 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz., for construction and widening of the Municipal road;

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied after considering the report made under section 5A of the said Act that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Sub-Divisional Officer, North Sub-Division, Panaji, to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Sub-Divisional Officer at Panaji.

Despacho

LSG/MUN/172/68

Atendendo a que por despacho n.º LSG/MUN/172/68 de 19 de Junho de 1968, publicado à pgs. 74 do Boletim Oficial n.º 13, 2.ª série, de 27 de Junho de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da construção e alargamento da estrada municipal.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») depois de considerar o relatório feito nos termos do artigo 5A do mesmo Act, acha que o terreno descrito no quadro a este anexo, tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o oficial sub-divisional da sub-divisão do norte, de Panagi, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido oficial sub-divisional, em Panagi.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Goa	Murad	1	—	Shri Geruazio Fernandes, Mercês	0.60
		2	—	Mercês Church, Mercês	94.07
		3	—	— do —	145.55
		4	—	Smt. Marcelina Pereira, Mercês	149.05
		5	—	— do —	81.68
		6	—	Shri Gurudas R. Sinari, Ribandar	204.25
		7	—	— do —	129.81
		8	—	Shri Mukund Parab Colvalkar, Panaji	205.20
		9	—	— do —	200.65
		10	—	Smt. Maria Raposa (Africa)	28.30
			—	(Shri Florence Fernandes Electricity Department, Panaji)	
		11	—	Shri Bonifacio Rego, Mercês	27.49
		12	—	Dr. Govind Khazonio Mercês	20.45
		13	—	Dr. Govind Khazonio, Mercês & Shri Dinanath Sazu Gopatkar, Mercês	5.20
		14	—	Smt. Julieta Rapoz, Mercês	34.84
			—	(C/o Pedro X. Rapoz & Josephina Rapoz)	

1	2	3	4	5	6
		15	—	Shri Usno Krishna Pai, Mercês	5.88
		16	—	Smt. Julieta Rapoz, Mercês	16.31
			—	(C/o Pedro X. Rapoz & Josephina Rapoz)	
		17	—	Shri Caetan Juliao de Souza, Mercês	22.75
		18	—	Shri Alaric Gomes da Silva, Mercês	51.83
		19	—	— do —	58.68
Total					1482.59

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 3rd May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panagi, 3 de Maio de 1969.

Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/PWD/978/AK/68

Government is pleased to accept the resignation of Shri Arun Karandikar, appointed as Assistant Architect by Government Order of even number dated 24-12-1968, with effect from 30-4-1969 (afternoon).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Planning).

Panaji, 24th April, 1969.

Order

FCS/PWD/513/67

Consequent upon the termination of services of S/Shri P. L. Kamat and Maurice Fernandes, Assistant Engineers, Works Division VIII, P.W.D., by Government Order of even number dated 24/2/69, S/Shri M. P. Gautam and C. S. Jain, Assistant Engineers, Works Division IX, P.W.D., are transferred and posted in Works Division VIII, P.W.D., Margao, with effect from 28/4/1969 (forenoon).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Planning).

Panaji, 28th April, 1969.

Order

13-14-68-FCS(EDN)

In the Government Order no. EDN/150/TECH/66, dated 28-9-67, appointing Shri C. S. Hadimani as a Lecturer in Mechanical Engineering in the Government Polytechnic, Panaji, para 2 of the said order shall be substituted by the following:—

"The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the Rules. Taking into account the previous service rendered by Shri C. S. Hadimani in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 400/- (Rupees four hundred only) from 28-4-67. The next increment stage shall be admissible to him on 6-1-68 and his pay will be Rs. 450/- on 6-1-68.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum no. F.2(46)-E.III(A)/60(Pt.II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

FCS/PWD/978/AK/68

O Governo aceita, com efeito a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia, o pedido de resignação do Sr. Arun Karandikar, que havia sido nomeado architecto assistente por portaria de 24 de Dezembro de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 24 de Abril de 1969.

Portaria

FCS/PWD/513/67

Em virtude de terem sido dados por terminados os serviços dos Srs. P. L. Kamat e Maurice Fernandes, engenheiros assistentes da Secção de Obras VIII, dos Serviços das Obras Públicas, por portaria de 24 de Fevereiro de 1969, os Srs. M. P. Gautam e C. S. Jain, engenheiros assistentes da Secção de Obras IX, dos Serviços das Obras Públicas, são transferidos e colocados na Secção de Obras VIII, dos Serviços das Obras Públicas, de Margão, a partir de 28 de Abril de 1969 (antes do meio-dia).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 28 de Abril de 1969.

Portaria

13-14-68-FCS(EDN)

Na portaria n.º EDN/150/TECH/66, de 28 de Setembro de 1967, nomeando o Sr. C. S. Hadimani, leccionador de engenharia mecânica da Politécnica do Governo, Panaji, o § 2.º da mesma portaria deve ser substituído pelo seguinte:—

"A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Sr. C. S. Hadimani, durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 400/- (quatrocentas rupias), a partir de 28 de Abril de 1967. O próximo aumento será admissível em 6 de Janeiro de 1968 e o seu vencimento será de Rps. 450/- em 6 de Janeiro de 1969.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando n.º F.2(46)-E.III(A)/60(Pt. II de 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da India, com as alterações que sofrer periodicamente.

This issues with the concurrence of Finance Department vide U. O. No. Fin(E)-1612/69, dated 1-5-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 6th May, 1969.

Order

13-15-68-FCS(EDN)

In the Government Order no. EDN-150-TECH-66, dated 22-9-67, appointing Shri O. D. Barros as a Lecturer in Civil Engineering in the Government Polytechnic Panaji, para (2) of the said Order shall be substituted by the following:

The U. P. S. C. have recommended that the initial pay may be fixed under the Rules. Taking into account the previous service rendered by Shri O. D. Barros in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 400/- (Rupees four hundred only) from 1-5-67. The next increment stage will be admissible to him on 6-1-68 and his pay will be Rs. 450/- on 6-1-68.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum no. F.2(46)-E.III(A)/66(Pt. II of 1966) dated 7th February 1968, as amended from time to time.

This issues with the concurrence of Finance Department vide U. O. no. Fin(E)/1613/69, dated 1-5-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 6th May, 1969.

Public Works Department

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/27/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of Bund at Maem.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following of-

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das finanças, dada por nota n.º Fin(E)-1612/69, de 1 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 6 de Maio de 1969.

Portaria

13-15-68-FCS(EDN)

Na portaria n.º EDN-150-TECH-66, de 22 de Setembro de 1967, nomeando o Sr. O. D. Barros, leccionador de engenharia civil da Politécnica do Governo, Panagi, o § 2.º da mesma portaria deve ser substituído pelo seguinte:

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Sr. O. D. Barros, durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 400/- (quatrocentas rupias), a partir de 1 de Maio de 1967. O próximo aumento será admissível em 6 de Janeiro de 1968, e o seu vencimento será de Rps. 450/- em 6 de Janeiro de 1968.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando n.º F.2(46)-E.III(A)/60(Pt. II de 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, com as alterações que sofrer periodicamente.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, dada por nota n.º Fin(E)-1613/69, de 1 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 6 de Maio de 1969.

Serviços das Obras Públicas

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/27/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para a construção dum valado em Maem.

Torna-se público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como citado Act) que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer» de Panagi, para exercer as funções de Collector em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a

ficers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa Panaji.

2. The Land Acquisition Officer, Panaji.

3. The Director of Land Survey, Panaji.

4. The Executive Engineer, Works Division V, P. W. D., Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Land Acquisition Officer, Panaji, for a period of 30 days from the date of this Notification.

exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação do aludido terreno:

1. O Collector de Goa, Panaji.

2. «Land Acquisition Officer», Panagi.

3. O Director de Agrimensura, Panagi.

4. Engenheiro executivo da Secção de Obras V, das Obras Públicas, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer», Panagi, pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate Area in Sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Name of the person believed to be interested	Area aproximada em m²
				Descrição do aludido terreno	
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
1	2	2	4	5	6
Bicholim	Maem	—	—	A strip of land believed to be held by: —	
				Shri D. Jose Joaquim de Noronha and others in possession of the Custodian of Evacuee Property Govt. of Goa, Daman and Diu, St. Inez-Panaji.	3400.00
				Total ...	3400.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 28th April, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panagi, 28 de Abril de 1969.

Principal Engineer's Office

Order

PWD/1477/107/69

Read: Report No. R & B/C/37/69 from the Executive Engineer, Works Division II, Panjim.

The Government is pleased to transfer the Road from the main School Building, at Taleigao, to the foot of the Hill, Oitalem in a length of 630 m. to the Public Works Department for maintenance and repairs with immediate effect.

This order is issued with the concurrence of the Finance Department vide their u.o. No. F(E)284/2173/69 dated 18-4-1969.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panjim, 23rd April, 1969.

Repartição do Engenheiro-Chefe

Portaria

PWD/1477/107/69

Ref: Relatório n.º R & B/C/37/69, do engenheiro executivo da Secção de Obras II, de Pangim.

O Governo determina a transferência com efeito imediato, da estrada que se dirige do edifício principal da escola de Taleigão até o sopé do monte Oitalem, numa extensão de 630 m., para os Serviços das Obras Públicas, para a sua conservação e reparações.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, dada por sua nota n.º F(E)284/2173/69.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Pangim, 23 de Abril de 1969.

Notification

PWD/LA/1258/28/69

Whereas by Government Notification No. PWD/LA/49/68 dated 11-11-68 published on page 277 of Series II, No. 33 of the Government Gazette, dated 14-11-68 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz for construction of Aturlim-Naroa road.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Sub-Divisional

Despacho

PWD/LA/1258/28/69

Atendendo a que por despacho n.º PWD/LA/49/68 de 11 de Novembro de 1968, publicado à pgs. 277 do Boletim Oficial n.º 33, 2.ª série, de 14 de Novembro de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da construção da estrada Aturlim-Naroá.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro a este anexo tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o oficial sub-divisional da sub-divisão do norte,

Officer, North Sub-Division, Panaji to perform the functions of the Collector for all proceedings hereinafter to be taken in respect of the said land and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Sub-Divisional Officer, at Panaji.

de Panagi, para exercer as funções do Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido oficial sub-divisional, em Panagi.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Description of the said land		Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Área aproximada em m²
		Cadastro n.º	Descrição do aludido terreno	
Bicholim	Aturlim		Nome da pessoa que se presume ser interessada	
		1.	Smt. Savitribai Venkaji Naik Pratap Rausar Desai, Bombay.	606.50
		2.	Damodar Narayan Naik Pratap Rau Sar Dessai, Reis Magos.	925.30
		3.	Bikaji Ragunath Naik Pratap Rau Sar Dessai, Taleigaum.	470.00
		4.	Advocate Jose Teles, Panaji.	2642.60
		5.	Deus Ravalnath, Aturlim.	1008.90
		6.	Advocate Jose Teles, Panaji.	1860.50
		7.	Ragunath Narvekar and Ramchandra Narvekar, Narva of Bicholim.	699.00
Total				8212.80

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P.W.D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 28th April, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional ex-officio, do Governo.

Panagi, 28 de Abril de 1969.

Development Department 'A'

Notification

CDB/COOP/1171/68

In exercise of the powers conferred by sub section (1) of section 4 of the Maharashtra Agricultural Produce Marketing (Regulation) Act, 1963, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, the Administrator of Goa, Daman and Diu hereby declares that the marketing of the agricultural produce namely (1) coconut (2) Betelnut and (3) Cashewnut shall be regulated under the aforesaid Act in the district of Goa, as a market area.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Development).

Panaji, 23rd April, 1969.

Departamento de Fomento 'A'

Despacho

CDB/COOP/1171/68

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 4.º do «Maharashtra Agricultural Produce Marketing (Regulation) Act, 1963» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, o Administrador de Goa, Damão e Dio declara que o comércio do seguinte produto agrícola, designadamente: (1) côco (2) bétel e (3) castanha de cajú, deverá ser regulada ao abrigo do citado Act, no distrito de Goa, como área comercial.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Fomento).

Panagi, 23 de Abril de 1969.

Public Health Department

Order

ILD/MC/557/65

The services of Dr. V. L. Narasimhan, Professor of Preventive and Social Medicine in the Goa Medical College are placed at the disposal of the Government of Andhra Pradesh with effect from 1-5-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 16th April, 1969.

Departamento de Saúde Pública

Portaria

ILD/MC/557/65

Os serviços do Dr. V. L. Narasimhan, professor de medicina preventiva e social da Faculdade de Medicina de Goa, são postos à disposição do Governo de Andhra Pradesh, a partir de 1 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panagi, 16 de Abril de 1969.